



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS COMPRASNET**

**PROCESSO Nº 0095.000050/2018**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR VALOR**

**INTERESSADO:** Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS URBANO COMPLETO CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

**ELEMENTO DE DESPESA:** 44.90.52

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 26.782.6216.1142.0004/26.782.6216.1142.0007

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 26.201 - TCB

**FONTE:** 100 e ou 220 –

**CÓDIGO UASG:** 926167

**ENTREGA DE PROPOSTA:** A partir da publicação no Portal [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**DATA DA ABERTURA:** 21 de fevereiro de 2019.

**HORÁRIO DA ABERTURA:** 09h30min

**Valor Previsto para a Contratação:** R\$ 14.295.000,00

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo nesta Minuta Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO:** R\$ 14.295.000,00 (quatorze milhões duzentos e noventa e cinco mil reais).

### **EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

A **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**, Empresa Pública do Distrito Federal, nos termos da Lei n.º 4.545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, situada nesta Capital, CEP: 70.610-660, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, do tipo menor valor, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste edital.

**O presente certame será regido pela Lei no 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal no 5.450/2005**, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto 23.460/2002 e 25.966/2005, Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei 13.303/2016, Lei Complementar nº123/2006, Lei Distrital n.º 2.340/1999, Decretos Distritais: 26.851/2006, 35.831/2014, 36.519/2015, 36.520/2015 e 37.121/2016, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.



Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir acerca das impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.tcb.df.gov.br](http://www.tcb.df.gov.br).

## **1 - DO OBJETO**

**1.1 -** Aquisição de veículos tipo Ônibus Urbano Completo, conforme especificações, quantidades e demais exigências contida no Termo de Referência, Anexo I do edital.

**1.2-** Integram a este Edital todos os seus Anexos.

## **2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1-** Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

2.1.1- Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U., de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03; ou.

2.1.2 - Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do item 7 deste edital.

**2.2 –** A simples participação na Licitação importa total, e restrita e retratável submissão dos proponentes as condições deste Edital.

**2.3-** Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1- Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação; empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, empresas suspensas de licitar ou contratar com esses mesmos entes federativos (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF e Parecer n.º 1.506/2012-PROCAD/PGDF).

2.3.1.1- Empresas que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de



contratar com a Administração, em qualquer órgão ou entidade, sejam federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta. (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF).

2.3.2 - Poderão participar desta licitação, na qualidade de proponentes, consórcios formados por empresas fabricantes ou distribuidores autorizados dos fabricantes que atendam as exigências das normas específicas de seus setores de atuação.

2.3.3- Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

2.3.4- As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

2.3.5- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.3.6 - O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

2.3.7- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.3.8 - É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de (Decreto nº 32.751/11, art. 8º):

2.3.8.1- Pelo termo “familiar” entende-se cônjuge, companheiro (a), ou parente em linha reta ou colateral, por consanguíneo ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive, estendendo-se, ainda, a vedação às relações homo afetiva.

2.4- As pessoas jurídicas que tenha sócio(s) em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo (s) item (s).

## **2.5 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.5.1 - O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no DODF, para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;

2.5.1.1- O não atendimento da convocação para assinar a Ata, sem motivo devidamente justificado e aceito, faz incidir as sanções cabíveis na espécie, conforme regulado na legislação pertinente.

2.5.2- O sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;

2.5.3 - O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF.



2.5.4- Durante o prazo de validade do registro de preços a TCB não ficará obrigada a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

2.5.4.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-a realização de licitação específica para a contratação pretendida, no entanto, independentemente do direito de preferência a ser exercido pelo beneficiário da ata, a Administração fica obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado (Parecer n.º 313/2012-PROCAD/PGDF).

2.5.4.2- O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Órgão.

2.5.4.3- Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

2.5.4.4- Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja, visando igual oportunidade de negociação.

2.5.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata.

2.5.6 - A Ata de Registro de Preços não sofrerá o acréscimo de 25% previsto no art. 65 da Lei 8.666/93.

## **2.6- DO PREÇO**

2.6.1- O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento até 10 (dez) dias úteis, a partir da data de recebimento definitivo do material.

2.6.2- Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação.

2.6.3- Os preços registrados manter-se-ão inalterados no interstício de vigência do registro, admitida à revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, nos Termos da legislação de regência.

## **2.7 - DA ADESÃO**

2.7.1 A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida mediante prévia consulta à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitada às condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital n.º 36.519/2015.



2.7.2 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, na sua totalidade, não poderá exceder a (ao) **quíntuplo do quantitativo** o registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que venham aderir (art. 12, § 17, do Decreto Distrital n.º 36.519/2015).

2.7.3 - As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado em ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que venham aderir, e as aquisições adicionais não excedam, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, (Art. 25, § 2º, do Decreto n.º 36.519/2015).

2.7.4 O gestor da ata de registro de preços somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

2.7.5 - Nas adesões à Ata de Registro de Preços os fornecedores serão indicados a partir dos seguintes critérios:

2.7.5.1 - Serão verificados os itens cujas características atendam as necessidades do solicitante da adesão, e;

2.7.5.2 - Após, será escolhido o item de menor preço.

2.7.6 - Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.7.7 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da ata. (§ 4º, art. 25 do Decreto Distrital n.º 36.519/2015).

### **3- DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

3.1- As empresas que desejarem participar do Pregão deverão enviar a proposta eletronicamente, até o dia e horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, devendo todos os campos do formulário disponibilizado ser preenchidos, observando as orientações contidas no mencionado endereço.

3.1.1- O licitante poderá cotar preços para fornecimento de quantidades inferiores, desde que atendido o mínimo de 1/3 (um terço) dos quantitativos constantes do Anexo I deste Edital, ressalte-se, trata-se de estimativa, pois nesse caso, a Administração não ficará vinculada.

3.2- As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim**, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, que estão aptas a

usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

#### **4- DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

4.1- O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

4.1.1- A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no **COMPRASNET**, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.2- As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.

4.3- O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica pra realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4- O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação-SLTI/MPOG, provedor do sistema, ou a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

4.5- A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento público de procuração e/ou particular com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.6- O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como preencher as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico do **Comprasnet**:

4.6.1- Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, atestando, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatória, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.2- Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02;

4.6.3- Declaração de elaboração independente de proposta, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI nº 2/2009, de 16/09/2009, publicada no DOU de 17/09/2009;

4.6.4- Comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de

enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06.

4.6.5- Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

4.7- Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

## **5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

5.1- O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5.2- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.3- A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante. Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, com menor lance por item, deverá ser indicado em algarismos e por extenso, havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso, para cada item, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, em moeda nacional do Brasil, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.4- O envio de documentos originais quando necessários serão solicitados ao final da sessão, a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) protocolar sua(s) proposta(s), **originais** em língua portuguesa, juntamente com a(s) documentação(ões) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no **Protocolo do Setor de Compras e Patrimônio da TCB/ CPL, localizado no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, CEP: 70.610-660 – BRASÍLIA – DF**, devendo a(s) proposta(s) conter(em):

- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) preço unitário e total de cada item cotado, com até duas casas decimais, devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
- c) a indicação de um único modelo/marca para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhado, inclusive tipo, referência, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital.
- d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data de sua entrega.
- e) a contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado, no **prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de

Empenho ou do Pedido de Fornecimento;

5.5- Caso o prazos de que trata o item 5.4, não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

5.6- Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

5.7- Se na proposta a especificação estiver incompleta e na ausência de qualquer discordância da especificação prescrita neste edital, será considerada igual à exigida, obrigando-se o proponente à execução dos serviços de forma que atenda plenamente ao estabelecido no Anexo I deste Edital.

5.8- Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelo órgão interessado. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO.**

6.1- No julgamento das propostas será adotado o critério de menor valor, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

6.1.1- Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro(a) decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

6.2- O(a) Pregoeiro(a) poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

6.3- Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

6.4- Não serão aceitas propostas que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.5- Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:

I - preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado constante deste Ato Convocatório/Anexo;

II- preços unitários ou totais inexequíveis, quando forem inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não demonstrado, será desclassificado;

6.6- Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.





6.7- A partir do horário previsto no Sistema e informado neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

6.8- Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e respectivo horário de registro.

6.9- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado pelo pregoeiro para a abertura da sessão de lances e as seguintes condições:

6.9.1 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, nos termos do art. 24, § 3º, do Decreto n.º 5.450/2005.

6.9.2- No caso de lances de mesmo percentual de desconto, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.9.3- Poderão ser enviados lances superiores ao maior lance registrado para a primeira colocação com a finalidade de se disputar as colocações subsequentes.

6.10- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance (maior desconto), registrado vedado a identificação do detentor do lance.

6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

6.12- O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13- Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

6.13.1- A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.14- Por força do que dispõe o artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido, observados as seguintes regras:

6.14.1- Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.14.1.1- Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

6.14.2- Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.14.2.1.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será

adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.14.2.2- Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.14.2.3- No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre em situação de empate, será efetuado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.14.3- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.14.3.1- O disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.14.3.2- No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item e/ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.

6.15- Encerrada a fase de lance o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposto neste edital.

6.15.1 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema COMPRASNET, em arquivo único a proposta de preços adequada ao último lance ou valor negociado e demais documentos e comprovações solicitados em anexo.

6.16- Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor para a contratação.

6.17- Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias e do Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

6.17.1- A adjudicação será realizada por item.

6.18- Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

6.19- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

6.20- Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;

6.21- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e Anexos, a proposta será desclassificada.

6.22- Quando solicitado pelo pregoeiro a licitante vencedora deverá protocolar no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, sua proposta devidamente adequada ao preço negociado, bem como a documentação de habilitação, nos termos do item 7 deste Edital.

## **7 - DA HABILITAÇÃO**

7.1- O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, a proposta de preço adequada ao último lance, contendo as especificações e exigências contidas no Item 2 ao 2.12.6 e garantias contidas no Item 4 a 4.4, do Termo de Referência, Anexo I do Edital, juntamente com a documentação complementar relativa à habilitação e ainda o contido no Item 9 do Termo de Referência Anexo I do edital.

7.1.1- Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet **quando solicitados** deverão ser enviados, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no Sistema, no endereço: no Protocolo do Setor de Compras e Patrimônio da TCB/CPL, localizado no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, CEP: 70.610-660 – BRASÍLIA – DF.

7.2- Para habilitarem-se as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e apresentar a documentação complementar solicitada ou aquela relacionada no Item 7.2.2 deste Edital.

**a)** A habilitação fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta “on-line” a SICAF, no ato da abertura do certame, que será impressa sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, do artigo 3º do Decreto n.º 3.722/2001 e da Instrução Normativa - SLTI Nº 02, de 11 de outubro de 2010, alterada pela Instrução Normativa - SLTI Nº 1, de 10 de fevereiro de 2012.

7.2.1- As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

**I** – Declarar, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);

**II** – Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do (inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) e mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013. (Modelo Anexo IV);

**III** – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em

características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando sua veracidade por meio de seus respectivos contratos ou nota de empenho ou nota fiscal, vigente ou extinto.

IV- Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do **site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)**;

V- As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s), que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 7.2.2 deste edital.

VI- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2.1.1- A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.2.2- As Licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

I - Declarar, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação (exigida somente se houver fato impeditivo);

II- Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do (inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93) e mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013. (Modelo Anexo IV);

III- Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV- Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

V- Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou



EDITAL

DE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

VI - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

VII - Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual/ Distrital e Municipal, da sede do licitante;

VIII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br);

IX - Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado; comprovando sua veracidade por meio de seus respectivos contratos ou nota de empenho ou nota fiscal, vigente ou extinto, atender as exigências contidas no item 9 do Termo de Referência Anexo I do Edital.

X - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = ----- PASSIVO CIRCULANTE +  
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC =----- PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item (ns) cotado(s) constante do Anexo IX deste edital, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer (Decisão nº 5876/2010-TCDF). A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da Lei, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme estabelecido no inciso X deste subitem. (Conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF).

XI – Apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

XII – Apresentar prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

XIII – Apresentar registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial para comprovação do ramo de atividade e do capital social, quando for o caso.

XIV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3- Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micro e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis (redação alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, § 1º, Art. 43), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização, nos termos da legislação pertinente.

7.3.1- A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e neste Edital e Anexos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame em seus termos ulteriores ou revogar a licitação se decisão oportuna e conveniente, além de incidir a prescrição contida no art. 7º da Lei 10.520/02.

7.4- Os documentos necessários à habilitação, quando enviados ao (a) pregoeiro (a), deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo (a) pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.5- Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.6- Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.7- Em todas as hipóteses referidas nos 7.2.1 e 7.2.2 deste Edital, não serão aceitos Protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

7.8- Quando o documento e/ou certidões apresentados não informarem a sua validade deverão estar

datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata o inciso V do subitem 7.2.2, deste Edital.

7.9- A empresa que não enviar a documentação de habilitação via sistema Comprasnet quando solicitado pelo (a) pregoeiro (a), ou que não protocolar sua proposta de preço, bem como a documentação de habilitação no prazo estabelecido neste Edital será inabilitada e estará sujeita às penalidades previstas no Decreto 26.851/2006 e alterações posteriores.

## **8- DAS PENALIDADES**

### 8.1- Das Espécies

8.1.1- As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851 de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006 de 12/07/2006, 27.069/2006 de 14/08/2006, Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014 e Decreto nº 36.974, de 11/12/2015,

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores- SICAF, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.1.2- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

### 8.2- Da Advertência

8.2.1- A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I - pela TCB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- II- pelo ordenador de despesas do órgão se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

### 8.3-Da Multa

8.3.1- A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I- 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II- 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante;
- III - quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- IV - 1% (um por cento) do valor total do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);
- V - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);
- VI - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015).

8.3.2- A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3 do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II- mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

8.3.3- Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.



8.3.4- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.3.5- Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I- o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II- a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

8.3.6- A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 8.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

8.3.7- Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 8.3.1.

8.3.8- A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 8.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### 8.4- Da Suspensão

8.4.1- A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela TCB, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, via internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III- por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV- por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

8.4.2- São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:



- I - a TCB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

8.4.3- A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

8.4.4- O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### 8.5 – Da Declaração de Idoneidade

8.5.1- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

8.5.2- A declaração de inidoneidade prevista neste item 8.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e depois de decorrido o prazo da sanção.

8.5.3- A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 8.6- Das Demais Penalidades

8.6.1- As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela TCB, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I- suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e.
- II- declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 8.5;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 8.4.3 e 8.4.4.

8.6.2- As sanções previstas nos subitens 8.4 e 8.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais n s 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II- tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

## 8.7- Do Direito de Defesa

8.7.1- É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.7.2- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.7.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

8.7.4- Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

8.7.5- Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

8.7.6- Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 8.2 e 8.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7.7- De acordo com o inciso II do Art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993, caberá recurso de representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico, dos atos decorrentes dessa Lei.

8.7.8 - Caberá pedido de reconsideração, da decisão do Diretor Presidente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB contra os atos decorrentes da Lei nº 8.666, de 1993, conforme o caso, na hipótese do § 3º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, na forma do inciso III do Art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 8.8 – Do Assentamento em Registros

8.8.1- Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

8.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

#### 8.9- Da Sujeição a Perdas e Danos

8.9.1- Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### 8.10- Disposições Complementares

8.10.1- As sanções previstas nos subitens 8.2, 8.3 e 8.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas.

8.10.2- Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão.

### **9- DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.**

9.1- Nos termos do art. 18, §§, do Decreto n.º 5.450/2005, até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica pelo endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

9.1.1- Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, conforme art. 18, § 1º, do Decreto n.º 5.450/2005.

9.1.2- Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.2- Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, na forma eletrônica, por meio eletrônico via internet, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou pelo e-mail [cpl@tcb.df.gov.br](mailto:cpl@tcb.df.gov.br).

9.3- As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

9.4- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio disponibilizado no sistema no ícone “Recurso”, devendo o interessado, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso através do sistema comprasnet. A apresentação de contrarrazões dos demais licitantes ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente, devendo também, realizar o mesmo procedimento para apresentar o documento referente à contrarrazão.

9.5- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Protocolo do Setor de Compras e Patrimônio da TCB/ CPL, localizado no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, CEP: 70.610-660 – BRASÍLIA – DF.

9.7- A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão



do pregão, implicará decadência do direito da licitante de recorrer, podendo o (a) pregoeiro(a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).

9.8- Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e o Presidente da TCB a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a), nos termos do art. 8º, IV c/c art. 11, VII, do Decreto 5.450/05.

9.9- Manifestada a intenção de interpor recurso, ficarão os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, nos termos do art. 26, do Decreto 5.450/05.

9.10- Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da TCB, procederá à homologação do certame.

9.11- O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, nos termos do § 1º do art. 26 c/c art. 27, todos do Decreto 5.450/05.

9.12- Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente.

## **10- DO CONTRATO**

10.1- O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura. (Parecer n.º 16/2015-PRCON/PGDF).

10.2- Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, podendo ser substituído pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, nos termos do § 4º, do art. 62 da Lei nº 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.

10.2.1- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3- Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

**I** - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).

**II** - seguro-garantia;



**III - fiança bancária.**

10.3.1- Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

10.3.2- A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

10.3.3 - Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

- a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

10.3.4- Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

10.4- O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.5- A recusa em assinar o contrato sem motivo justificado, devidamente aceito pela Administração, implicará nas Sanções cabíveis à espécie, bem como na aplicação das prescrições insculpidas no art. 7º da Lei 10.520/02.

10.6- Por ocasião da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, nos termos do §2º do art. 27 do Decreto 5.450/05.

10.7- O critério de revisão, quando couber, será aquele estipulado pelo Decreto 36.519/2015 e demais normas pertinentes.

10.8- O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus Anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

10.9- O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.10 - Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus



eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.11- O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 78 com os desdobramentos dos artigos 79 e 80, todos da Lei 8.666/93.

10.12- É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

### **11- DO PAGAMENTO**

11.1- Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo:

I - Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a atestação do recebimento total dos materiais solicitados, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

11.3 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

11.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

11.5 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.6 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.7- As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta



corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de n.º 36.135/2014, de 12/12/2014.

### **12- DA ENTREGA DO MATERIAL**

12.1- O material deverá ser entregue no prazo e condições estabelecidos neste edital e seu Anexo I (Item 7 do Termo de Referência), contado a partir da assinatura do contrato, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento;

12.2 - Será recebido o material:

I – provisoriamente, mediante termo circunstanciado para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

II - definitivamente, mediante termo circunstanciado, após verificar que o material entregue possui todas as características consignadas neste edital.

12.3- Após o recebimento do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

12.4 - Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Edital.

### **13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1- Todo e qualquer pedido alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13.2- Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

13.3- A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará (ão) obrigada(s) a entregar os materiais descritos na Nota de Empenho, no local nela indicado, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;

13.4- A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

13.5 - À Presidência da TCB fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93.

13.6 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).

13.7- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a





superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).

13.8 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;

13.9 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.10- Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo(a) Pregoeiro(a), no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do telefone 61- 3342-2932, ou por e-mail: cpl@tcb.df.gov.br.

13.11- Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

13.12- Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

13.13- O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, e no Diário Oficial da União quando se tratar recursos de repasse da União.

#### **14- ANEXOS**

14.1- Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

14.2 - Termos de Referência

14.3- Modelos de Proposta

14.4- Modelos de Declaração de que não Emprega Menor

14.5- Modelos de Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

14.6- Modelos de Declaração Exclusiva para Microempresa ou Empresa de pequeno porte em condições de usufruir o tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006

14.7- Modelos de Declaração de Sustentabilidade (Lei Distrital nº 4.770, de 22 de Fevereiro de 2012)

14.8- Minutas de Contrato

CHANCERLEY DE MELO SANTANA

Diretor Presidente

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### 1. DO OBJETO:

1.1 Aquisição por meio de Ata de Registro de Preços para aquisição de 20 (vinte) veículos do tipo ÔNIBUS URBANOS COMPLETOS para o serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros – STPC/DF.

1.2 O objeto da licitação é classificado como comum nos termos do artigo 1º da Lei 10.520/2012.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

2.1 Características gerais: ÔNIBUS URBANO COMPLETO conforme Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos do STPC/DF – Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 4.741, de 16 de abril de 2012, do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF, alterado pela Resolução 4.743, de 08 de maio de 2013 – CTPC/DF, veículo de características urbanas para transporte coletivo de passageiros, tipo *padron, low entry*, dois eixos, zero quilômetro de fábrica, data de fabricação/modelo igual ou posterior à assinatura do contrato, homologado pela ABNT NBR 15.570 e demais normas vigentes para transitar em qualquer via pública e rodovia Brasileira.

2.2 Motor e agregados: movido a óleo diesel, instalação TRASEIRA, com injeção eletrônica de combustível, potência de, no mínimo, 270 CV, obedecendo ainda a proporção de 12 CV/tonelada de lotação (147 kW/t), e torque de, no mínimo, 102 kgfm (1.000 Nm), obedecendo a proporção de 50 Nm/tonelada de lotação (5,0986 kgfm/t), atendendo as normas em vigor do PROCONVE P7 ou superior. Compressor de ar do sistema pneumático equipado com secador de ar em linha. O motor deverá possuir proteção térmica e acústica reforçadas possibilitando um perfeito isolamento interno do veículo, de maneira que o nível de ruído dentro do veículo não ultrapasse 80 dB (A), sistema limitador de velocidade máxima em chuva e tempo seco e de rotação máxima do motor.

2.3 Transmissão e tração: tração 4x2, caixa de mudanças automática eletrônica, com pelo menos cinco marchas à frente e uma marcha-a-ré, gerenciamento eletrônico interligado com o do motor, seletor de marchas no painel de instrumentos, com, no mínimo, as opções *Drive*, *Neutro* e *Marcha-a-ré*, com *retarder* secundário integrado, parametrizado para entrar com intensidade gradual de até 100%, ativado na folga do pedal do freio, não desacionável pelo operador do veículo. Diferencial com redução simples e eixo traseiro com rodado duplo.

2.4 Chassi: dotado de dois eixos com preparação para encarroçamento de ônibus, com comprimento mínimo de 13,20 m e máximo de 14,00 m e capacidade de carga no mínimo de 16.000 kg (PBT).

2.5 Suspensão: A suspensão deve ser do tipo pneumática integral ou mista (pneumática com molas tensoras auxiliares), com válvula niveladora de altura, amortecedores telescópicos de dupla ação e barras estabilizadoras.

2.6 Direção: Assistida hidráulica, elétrica ou outro dispositivo que permita a redução dos esforços de esterçamento, com limitador de fim do curso e coluna de direção ajustável.

2.7 Freios: a tambor ou disco, acionamento por ar comprimido, com dois circuitos independentes, sistema antibloqueador de freios (ABS) e distribuidor eletrônico de frenagem (EBD) e freio motor com acionamento eletropneumático.

2.8 Rodas e pneus: rodas de aço estampado ou liga leve, medida de 8.25 x 22.5 polegadas, calota de proteção de porcas na roda dianteira, pneus para uso exclusivo em ônibus urbano, medida 295/80 R 22.5, radiais, sem câmara, índice de carga mínimo de 143 e fabricação nacional.

2.9 Sistema elétrico: 24 volts, alternador de, no mínimo, 80 A, baterias sem manutenção com, no mínimo, 170 Ah, caixa de bateria em fibra de vidro ao lado esquerdo, embutida na carroceria atrás do rodado traseiro, com tampa de acesso lateral, bornes da bateria para o lado da portinhola, alarme sonoro de marcha-a-ré, sensor de ré no para-choque traseiro, preparado para receber a demanda dos equipamentos e dos dispositivos especificados pelo poder concedente de transporte e pelo fabricante da carroceria (painéis eletrônicos, sistema de rastreamento GPS, iluminação interna e externa do veículo, ventilação interna, ar condicionado, sistema de monitoramento interno por câmeras e biometria facial, sistemas de comunicação ao usuário, de transmissão e recepção de dados), cronotacógrafo eletrônico do tipo gaveta (have geral de desligamento de todo o sistema elétrico de veículo para uso em manutenção).

## 2.10 Carroceria

2.10.1 Características Gerais: Com um design aerodinâmico de linhas arredondadas e o encarroçador homologado pelo fabricante do chassi para executar qualquer adaptação, em conformidade com a Norma da ABNT NBR 15.570 e demais normas vigentes, inclusive as normas do DFTRANS.

2.10.2 Identidade visual externa: deverá atender à padronização disposta na Resolução n.º 4.740, de 16 de abril de 2012, do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, especificamente para a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB. Na tampa do motor deverá conter o número de ordem (prefixo) informado oportunamente pela TCB, logomarca da TCB, as frases “Mantenha Distância” e “Como estou dirigindo?” com o número do “telefone 162”; e todas as faixas refletivas conforme norma do DENATRAN/CONTRAN.

2.10.3 Capacidade: O número mínimo de assentos deve ser de 35 passageiros sentados e o espaço reservado para 01 (uma) cadeira de rodas e cão guia em ordem de marcha, com cinto de segurança regulável do tipo três pontos e trava localizada em frente à porta central, uma banqueta retrátil na parede lateral conforme normatizações vigentes.

2.10.4 Estrutura construtiva: estrutura tubular em aço galvanizado, chassi adaptado para receber carroceria com comprimento de até 14,00 metros e largura máxima de 2,80 metros (exceto os retrovisores) e altura mínima interna 1,95 metros, teto, frente e traseira em peça única de fibra de vidro, para-choques dianteiro e traseiro seccionados em três partes, com opção de troca das ponteiras individuais, chapas laterais externas em alumínio, seccionadas no sentido do comprimento da carroceria em no mínimo em três partes, proteção anticorrosiva e antirruído, com isolamento térmico e acústico, portinholas com sustentação por pistão a gás, tampas de acesso à caixa de câmbio para manutenção fixada com parafuso

permitindo a retirada da caixa de câmbio, rebocador na dianteira fixado no centro ou com dispositivo que centralize o cambão e na traseira, proteção na região inferior dos para-choques, para-lamas revestidos em borracha, tampa lateral para acesso ao tanque de combustível com tamanho que possibilite a manutenção bem como sua retirada, escapamento embutido na carroceria, com isolamento termo acústico e que não permita a entrada de água em seu interior, no lado traseiro superior esquerdo, ponta curva.

2.10.5 Tanque de combustível: em material plástico inquebrável e não corrosivo, com capacidade de armazenamento mínima de 300 litros de combustível, tampa inviolável.

2.10.6 Sistemas de saída e entrada:

2.10.6.1 Portas: os ônibus terão 03 (três) portas do lado direito (dianteira, central e traseira), com vão livre de 1.100 mm, acessibilidade universal, atendendo a legislação vigente, sem degraus ou obstáculos,

rigorosamente do tipo porta reta com bucha (sem árvores), com dois vidros em cada folha, com o máximo aproveitamento da visualização externa. Deverão estar dispostas da seguinte forma: dianteira localizada no balanço dianteiro numa posição imediatamente anterior ao eixo dianteiro, central localizada no entre eixos, numa posição imediatamente anterior ao primeiro degrau do piso, que por sua vez deve estar o mais central possível do entre eixo e traseira localizada no balanço traseiro numa posição imediatamente posterior ao eixo. O embarque será realizado pela porta dianteira (exceto o cadeirante) e o desembarque pelas portas traseiras. O acionamento individual das portas, elétrico ou pneumático, junto ao motorista e um externo para a porta dianteira, com dispositivo de emergência em todas as portas. O sistema de controle das portas deverá parametrizar a velocidade mínima de abertura de portas, o bloqueio das portas e um sistema de segurança que impeça que o veículo se movimente com as portas abertas e que as portas não possam abrir com o veículo em movimento.

2.10.6.2 Rampa de acesso para usuários com mobilidade reduzida: A rampa deve atender as características técnicas e construtivas definidas pelas ABNT NBR 15.646 e possuir largura livre mínima de 800 mm e comprimento máximo de 900 mm, para a parte que se projetar para fora do veículo. Deve ter dobradiças de piano em aço inoxidável e deve estar embutida no piso da porta central, protegida contra choques ou em compartimentos fechados. O material de revestimento deve ser antiderrapante utilizado no piso interno do veículo, mantendo as propriedades em qualquer condição climática.

2.10.6.3 Saídas de emergência: 03 (três) janelas de emergência do lado esquerdo da carroceria, não contíguas, dispositivo de saída de emergência nas 03 (três) portas e saída de emergência acoplada nas 02 (duas) entradas de ar natural no teto com 04 (quatro) posições).

2.10.7 Janelas e para-brisas: As janelas laterais devem ser divididas ao meio, com vidro inferior fixo e dois vidros superiores móveis montados com guarnições de borrachas, preferencialmente no tamanho padrão no maior número possível de janelas, capazes de deslizar em caixilhos próprios, possuir dispositivos que permitam os seus travamentos e destravamento acionado, exclusivamente, pela operadora (conforme modelo a ser submetido para aprovação), não devem ter qualquer tipo de película e devem ser na cor fumê obedecendo à legislação vigente, todos os vidros utilizados nas janelas devem ser de segurança, conforme a norma da ABNT NBR 9.491 e suas atualizações, os perfis de alumínio das janelas devem ser pintados em tinta epóxi na cor preta. O para-brisa deverá ser bipartido com quebra-sol com regulagem de

altura, vidro de segurança laminado, conforme a norma da ABNT NBR 9.491 e suas atualizações e a janela traseira do veículo deverá ser fechada em fibra de vidro.

2.10.8 Piso interno: O piso deve ser de alumínio com chapa corrugada, fixada com a face lisa voltada para cima e no mínimo 3 mm de espessura, recoberto com manta de borracha antiderrapante com coeficiente de atrito mínimo de 0,38, não apresentar tiras metálicas, exceto para acabamento, além de não permitir penetração de água, na área disponível para passageiros em pé, os elementos para fixação dos pisos (parafusos, rebites, dentre outros) devem estar embutidos, sem saliência externa. Nas demais áreas, a altura desses elementos não deve ultrapassar 5 mm, nem possuir cantos vivos, todas as partes estruturais abaixo do piso, incluído a parte interna da saia da carroceria, quando construídas com materiais sujeitos à corrosão, devem receber proteção apropriada, além de tratamento antirruído, todos os desníveis do assoalho deverão estar com faixa amarela para sinalização, bem como os perfis da escada, desnível do corredor central e de todos os degraus. Possuir um aviso luminoso, ligado às delimitadoras com o texto “Cuidado Degrau”, com fundo branco e letras vermelhas e as tampas de acesso para a manutenção no assoalho deverão ser em alumínio, revestidas no mesmo material do assoalho, e com moldura de cantoneira reforçada e não devem existir pés das poltronas ou roletas fixados nestas tampas.

2.10.9 Corredor de circulação: A dimensão mínima do corredor central de circulação de passageiros deve ter largura livre mínima de 650 mm acima da linha do assento do banco e largura efetiva obtida entre as faces laterais dos assentos 500 mm medidas horizontalmente em qualquer ponto de seu percurso, altura livre mínima 2.100 mm, para o acesso aos bancos posicionados entre anteparos ou imediatamente após a área reservada, o vão livre para passagem deve ser de, no mínimo, 400 mm, para pessoas com deficiência em cadeira de rodas a área reservada pelo corredor de circulação e por entre caixa de rodas deve possuir largura mínima entre as faces laterais dos bancos existentes sobre as caixas de rodas de 700 mm, os desníveis no corredor interno do veículo, estes devem permitir a circulação de passageiros por meio de até 2 degraus com altura máxima de 250 mm (admitida tolerância de + 10%) e profundidade mínima de 250 mm. Para acesso aos bancos localizados na área sobre o motor traseiro ou caixas de rodas, a altura dos degraus de acesso aos mesmos deve ser no máximo de 300 mm. A inclinação máxima admitida para o piso do corredor ou dos degraus deve ser de 5%. O contorno (bordas) dos degraus do salão (quando existentes), nas caixas de rodas e em outros limites de desníveis existentes ao longo do piso do salão deve ser perfis de acabamento na cor amarela para fácil visualização e identificação desses limites, com largura mínima de 10 mm.

2.10.10 Revestimento interno: Os materiais para revestimento interno (paredes laterais, colunas de janelas, anteparos, painéis divisórios, compartimento do motor sistema de exaustão, etc.) devem possuir características de retardamento à propagação de fogo e não podem produzir farpas em caso de ruptura, devendo proporcionar ainda, isolamento térmico e acústico. A exceção dos pontos de arremate e fixação, não serão admitidos materiais metálicos no revestimento interno do veículo. Os revestimentos deverão ser projetados para acessar o sistema elétrico do veículo, sinaleiras, lâmpadas de salão, chicote elétrico e qualquer outro sistema que passe entre o revestimento interno e a carroceria.

2.10.11 Cestos de lixo: Junto a cada porta e de forma protegido, preferencialmente integrado ao anteparo ali existente, deve ser instalado um recipiente apropriado para colocação de lixo, não deve ser constituir em risco potencial e nem obstruir a passagem e ser facilmente removível para a realização de limpeza.

2.10.12 Retrovisores:

2.10.12.1 Externos: em ambos os lados, de ampla visão e de fixação superior, do tipo plano bipartido (dimensão mínima 500 mm x 210 mm) e espelho biônico de 09 cm de diâmetro. Deverão ser fornecidos 2 (dois) pares de retrovisores externos extras para cada veículo.

2.10.12.2 Internos: dois espelhos de ampla visão e de orientação ajustáveis fixados acima do para-brisa dianteiro, com dimensão mínima de 300 mm x 200 mm, sendo um no centro e o outro no canto extremo direito e espelhos redondos convexo de orientação ajustável após as portas de desembarque.

2.10.13. Assentos dos Passageiros: O projeto dos bancos deve considerar as prescrições do banco e sua ancoragem, definidas pela Resolução n.º 811/96 do CONTRAN e demais normas técnicas aplicáveis. Os bancos devem possuir encosto de cabeça e assento estofados, a parte traseira totalmente fechada, sem quaisquer arestas, bordas ou cantos vivos, parafusos, rebites ou outras formas de fixação salientes. Devem ser montados no sentido da marcha do veículo, com exceção dos bancos situados sobre as caixas de rodas, os quais podem ser montados costa a costa e dos bancos do tipo basculante aplicados na área reservada (box) para cadeiras de rodas e cão-guia. Devem possuir 03 (três) assentos para uso das pessoas com deficiência ou pessoas portadoras de mobilidade reduzida (obesos, gestantes, idosos, etc.) que devem ser diferenciados pela cor amarela, conforme a Norma Brasileira ABNT NBR 14.022, e possibilitar a identificação dos assentos preferenciais onde a coluna ou o balaústre junto a cada assento e as portas de desembarque apresentar superfície sensível ao tato, com textura diferenciada em relação aos demais pontos de apoio para pessoas com deficiência visual, conforme a Norma Brasileira ABNT NBR 14.022. No salão de passageiros deve haver uma área reservada (box) para a acomodação de forma segura de pelo menos uma cadeira de rodas. Nesta área reservada também deverá ter no mínimo um banco simples com assento basculante, devidamente fixado na lateral do veículo conforme a Norma Brasileira ABNT NBR 14.022, para a acomodação de pessoa que acompanha o passageiro cadeirante.

#### 2.10.13.1 Características Gerais dos Assentos:

2.10.13.1.1 Altura do assento e encosto: em relação ao local de acomodação dos pés, deve estar compreendida entre 380 mm e 500 mm medida na linha do referido assento, na sua parte frontal. Para assentos sobre caixas de rodas e compartimento do motor, pode-se adotar altura mínima de 350 mm. A altura do encosto deve ser de no mínimo de 650 mm, considerando a existência do protetor de cabeça, preferencialmente incorporado ao banco.

2.10.13.1.2 Largura do assento: deve ser medida tomando como base a metade da profundidade de assento, tendo como dimensões mínimas de 450 mm para os bancos individuais (tolerância máxima de 20 mm, desde que compensada esta diferença pelo afastamento do banco em relação à parede lateral do veículo) e 400 mm para o banco individual posicionado entre bancos duplos na última fileira de assentos, 856 mm para os bancos duplos e combinações destes, e para inteiroço, preferencialmente destinado à pessoa obesa.

2.10.13.1.3 Profundidade do assento: deve estar compreendida entre 380 e 430 mm, tomada na horizontal a partir da interseção do assento com o encosto ou seus prolongamentos;

2.10.13.1.4 Ângulos: do assento com a horizontal deve estar compreendido entre 5° e 15° e do encosto com a horizontal deve estar compreendido entre 105° e 115°;

2.10.13.1.5 Distância entre bancos: a distância entre a face frontal do assento de qualquer banco e face oposta do encosto do banco posicionado à sua frente deve ser no mínimo de 120 mm, para favorecer a saída do passageiro junto à janela. A distância livre entre a extremidade frontal de um assento e o espaldar ou anteparo que estiver à sua frente, medida no plano horizontal, deve ser igual ou superior a 300 mm, para bancos sobre as caixas de roda posicionados costa a costa, a distância mínima entre os encostos dos bancos montados frente a frente deve ser 1.300 mm.

2.10.14 Balaústres, corrimãos e pega-mãos: dotado de dois corrimãos horizontais paralelos no teto com tubos encapsulados na cor amarela, sapatas e uniões na cor cinza, com alça para os passageiros de baixa estatura, quantidade mínima de dois, paralelos e afastados, de modo que a projeção de cada um tenha uma variação máxima de 150 mm para a lateral do veículo, sobre a extremidade superior ao encosto do banco de passageiros (individual ou duplo) ao lado do corredor de circulação, altura máxima de 1.850 mm em relação ao piso, medida na parte inferior; corrimão inferior junto ao posto do motorista, com altura em relação ao piso de 900 mm e proteção do motorista; pega-mãos envolvente em forma de “U” em quantidade suficiente de pontos distribuídos ao longo do salão de passageiros, pelo menos um a cada duas fileiras de bancos, posicionados para permitir o deslocamento seguro dos usuários, em especial das pessoas com mobilidade reduzida e baixa estatura. Colunas ou balaústres com espaçamento longitudinal não superior a 2.000 mm, posicionados alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação, garantindo ao usuário um ponto a cada 1.000 mm. As colunas, balaústres, corrimão e apoios devem ser construídos com seção transversal circular com diâmetro externo compreendido entre 30 mm e 40 mm, resistindo a uma solicitação de 1.500 N aplicada no ponto equidistante das extremidades de fixação e, no caso de corrimão superior, a uma solicitação de 400 N a cada 200 mm de comprimento. As alças devem ter resistência mínima de tração de 5.000 N, sendo que o sistema de fechamento não pode conter arestas cortantes e parafusos aparentes, permitindo regulagem e facilidade na manutenção, sem necessidade e desmontagem de corrimãos e colunas/balaústres.

2.10.15 Posto do Motorista: A divisória do motorista deve ser constituída de perfis tubulares, encapsulados, em material translúcido na parte superior com porta cartaz de tamanho A3 (420 x 297 mm) fixado pelo lado do motorista e compensado revestido na parte inferior, deve haver um porta-documento em plástico incolor e transparente, compartimento com tampa com capacidade mínima de 15 litros com tampa de fechadura apropriado para que o motorista guarde seus pertences (posição será definida com o vencedor do certame), cortina de proteção solar, suporte para porta-garrafa de no mínimo 500 ml. Os comandos de abertura de portas e demais operações do veículo devem estar ao alcance das mãos sem que o motorista precise inclinar o dorso para frente ou para os lados ou desencostar do seu banco.

2.10.15.1 Banco do motorista: deve ser ergonômico, anatômico, estofado, com encosto de cabeça, amortecimento hidráulico e regulagens de distância, altura, e inclinação, com movimento longitudinal de, no mínimo, 120 mm, oferecendo no mínimo quatro posições de bloqueio, de altura variando de 480 a 550 mm e de inclinação com ajustes de forma contínua ou pelo menos em cinco estágios de inclinação de 95° a 115° com a horizontal, permitindo que profissionais que tenham entre 1,65 e 1,95 m possam encontrar a melhor posição possível para o seu uso. Revestimento que permita ventilação, preferencialmente em tecido. Assento com largura entre 400 e 500 mm, profundidade entre 380 e 450 mm, encosto de forma trapezoidal, dimensões da base inferior entre 400 e 500 mm e superior entre 340 e 460 mm, altura entre 400 e 550 mm, cinto de segurança de três pontos, com mecanismo retrátil e altura ajustável para o motorista, que atenda as disposições contidas na Norma ABNT NBR 15.570, 7.337 e 6.091, e demais normas técnicas aplicáveis.

**2.10.16 Posto do cobrador:** O posto do cobrador deve ser constituído de perfis tubulares, encapsulados, segregado por anteparos complementares nas partes laterais com material translúcido, possuir cortina ou outro processo que proteja dos raios solares da janela, suporte para porta-garrafa de no mínimo 500 ml, compartimento com tampa com capacidade mínima de 15 litros para que o cobrador guarde seus pertences (posição será definida com o vencedor do certame), gaveteiro com chaves e gaveta com divisor de cédula e moedeiro.

**2.10.16.1 Banco do cobrador:** deve ser ergonômico, anatômico, estofado, com encosto de cabeça, amortecimento hidráulico e regulagens de distância, altura, e inclinação, com movimento longitudinal de, no mínimo, 100 mm, oferecendo no mínimo quatro posições de bloqueio, de altura variando de 480 a 550 mm e de inclinação com ajustes de forma contínua ou pelo menos em cinco estágios de inclinação de 95° a 115° com a horizontal, permitindo que profissionais que tenham entre 1,65 e 1,95 m possam encontrar a melhor posição possível para o seu uso. Revestimento que permita ventilação, preferencialmente em tecido. Assento com largura entre 400 e 500 mm, profundidade entre 380 e 450 mm, encosto de forma trapezoidal, dimensões da base inferior entre 400 e 500 mm e superior entre 340 e 460 mm, altura entre 400 e 550 mm, cinto de segurança de três pontos, com mecanismo retrátil e altura ajustável para o cobrador, apoios laterais para os braços, sendo o lado de acesso do tipo basculante, podendo ser instalados sobre patamar de 150 a 450 mm e suporte para apoio dos pés com altura regulável, não deverá encostar no vidro da janela e deverá possuir um dispositivo em caso de falha da poltrona não quebre o vidro ou trave na janela e que atenda as disposições contidas na Norma ABNT NBR 15.570, 7.337 e 6.091, e demais normas técnicas aplicáveis.

**2.10.17 Catraca eletrônica:** A catraca registradora de passageiros deve ser posicionada no corredor de circulação defronte ao posto do cobrador, possuir 4 (quatro) braços, oferecendo uma abertura para passagem de passageiros, igual ou maior que 400 mm, a altura da geratriz superior do braço da catraca em relação ao revestimento do assoalho do corredor de circulação deve ser de 900 mm a 1.050 mm, na parte inferior do braço da catraca, pode ser colocado dispositivo vazado, de mesmo diâmetro dos tubos de que são feitos os braços, desde que distem no mínimo 400 mm do piso e que não ocupem mais de 50% do vão livre, o veículo deve estar equipado com a preparação para o sistema automático de cobrança de tarifas (validador eletrônico), para cartões inteligentes sem contato e a catraca registradora, deve possuir todos os componentes eletrônicos e eletromecânicos necessários, para proceder ao travamento e destravamento (controle de giro mecânico) integrados pelo Sistema de Bilhetagem do STPC/DF, possuir um dispositivo para identificação da posição de giro e que impeça retrocesso, inibindo fraudes e deve estar disponível uma área livre para acomodação de passageiros em pé, localizada antes da transposição da catraca, de no mínimo 1 m<sup>2</sup>.

**2.10.18 Ar condicionado:** A carroceria será equipada com ar condicionado com isolamento térmico com poliuretano expandido, capacidade mínima nominal de condicionamento de ar de 125 mil BTU/h (40 kW) observadas as exigências da Norma ABNT NBR 15.570/2009, item 41.2, no mínimo dois estágios de trabalho de condicionamento e de ventilação de ar, contemplando também o posto do motorista e cobrador com difusores direcionáveis acima das poltronas, portas com cortinas de ar na largura integral da porta, ventiladores elétricos, gás refrigerante inofensivo ao meio ambiente (gás ecológico, R-134a ou similar), compressor do tipo alternativo, de no mínimo 4 a 6 cilindros, com válvulas de serviço para manutenção do sistema, acoplado ao motor do veículo por meio de polia com embreagem eletromagnética, controlada por termostato ajustável, sistema de ajuste das correias com fuso de molas tensoras, unidades condensadoras e evaporadoras no centro do teto do veículo, volume de ar do evaporador (vazão) deve ser no mínimo de



6.500 m<sup>3</sup>/h, faixa de trabalho de no mínimo 800 a 2.500 rpm, tensão de 24 V, alternador exclusivo de no mínimo 140 A, controle da temperatura interna por módulo eletrônico com display digital instalado no painel de instrumento do ônibus, sistema de segurança com desligamento automático do compressor contra alta e baixa pressão, em caso de irregularidade no sistema. Incluem nesse sistema de segurança interruptor de pressão e fusíveis.

#### 2.10.19 Sistema elétrico:

2.10.19.1 Faróis e lanternas: deverá possuir faróis dianteiros com as funções farol baixo e farol alto, lanterna com luzes indicadores de direção na dianteira e traseira, de freio, *brake-light*, de posição e de marcha-a-ré na traseira, indicadoras de posição nos tetos e laterais em quantidade compatível com o comprimento do veículo, conforme determinações do CONTRAN e legislações pertinentes. Todas as lâmpadas em LED, exceto o farol dianteiro cujo uso do LED é facultativo (compatível com lâmpadas halógenas de 55W).

2.10.19.2 Iluminação do salão: réguas de luzes com lâmpadas LED no teto ao longo da junção da lateral com o teto e acima das portas de acesso acionadas por três teclas independentes no painel, acionadas apenas com o motor do veículo em funcionamento.

2.10.19.3 Iluminação dos postos do motorista e cobrador: no teto sobre os assentos, acionadas por eles, independentes das demais luzes do salão, acionadas apenas com o motor do veículo em funcionamento.

2.10.19.4 Iluminação do compartimento do motor: luz de serviço independente do sistema de iluminação do veículo que somente é acionada com a tampa do motor aberta.

2.10.19.5 Painéis eletrônicos: para indicação do número da linha, o destino do ônibus e outras informações programáveis por meio de painel eletrônico luminoso em conformidade com os subitens 7.2.3 e 7.2.3.1 da ABNT NBR 14.022. As informações devem ser perfeitamente visíveis pelos usuários externos, mesmo sob a incidência de luz natural ou artificial, evitando-se, inclusive, o estreitamento dos caracteres. Na parte frontal superior do para-brisa dianteiro, o letreiro deverá indicar, no mínimo, o destino e o número da linha com caracteres com 150 mm de altura, preferencialmente na cor amarelo sobre fundo preto, reproduzindo as mesmas informações nos painéis laterais e/ou outros painéis externos ao veículo. A base inferior direita do para-brisa dianteiro deve ser utilizada para informações complementares indicando o número da linha com altura mínima de 100 mm para os caracteres, além de outras informações de interesse aos usuários, sendo legíveis a no mínimo 50 m de distância do ponto de parada. Na lateral, próximo à porta principal de acesso, deve constar o número da linha com caracteres medindo 30 mm de altura e fundo contrastante, o destino e o itinerário, com caracteres com altura mínima de 25 mm. No painel da parte traseira do veículo, deve apresentar de forma alternada o número da linha e velocidade, com caracteres medindo 150 mm de altura e fundo contrastante. Todas as lâmpadas dos painéis em LED amarelo/âmbar com comprimento de onda de 585 a 595 nm, intensidade luminosa de cada Led âmbar de no mínimo 100 lumens típico, categoria , ou tecnologia superior, que mantenha no mínimo a mesma qualidade, com controle da luminosidade automático ajustado à luz externa dos veículos, com proteção contra variação de tensão nominal com tolerância entre -50% a +30%, na linha de alimentação de 24 volts e nas linhas de comunicação, faixa de temperatura de operação entre - 5° C a 65° C, faixa de umidade relativa do ar de operação entre 15% a 95%, montados em estrutura perfil de alumínio, com garantia mínima de 5 anos e assistência técnica com atendimento no horário comercial em no máximo 12 horas. O equipamento deve

propiciar à fácil substituição do itinerário e das lâmpadas de iluminação, devendo ser protegidos com acesso restrito pelo interior do veículo, para não ser necessário remover vidros externos. Deverão ser fornecidos o software de programação compatível com ambiente Microsoft Windows, um hardware de programação dos destinos, uma unidade de transferência dos destinos do PC para o itinerário, os cabos e demais acessórios necessários.

2.10.19.6 Campainha/aviso de parada: composta por sinalização luminosa e sonora, com quatro sinais luminosos com a inscrição “PARADA SOLICITADA” localizados nos dois lados do salão, dois na direita junto à porta e dois na esquerda, um no painel no lado direito, com sinal sonoro audível em todo o veículo, dois cordões de acionamento ligados ao acionador da campainha percorrendo toda a extensão do salão do veículo, interruptores para acionamento da campainha nos balaústres, um antes da catraca, no divisor de fluxo e nas colunas, alternadamente (banco sim, banco não), interruptor de acionamento da campainha junto ao posto do cadeirante. Uma vez ativada, a campainha não poderá ser ativada novamente até que a porta do ônibus seja fechada, Não deve haver opção para se trabalhar apenas com a campainha sonora ou luminosa. Deve haver campainha e luz de advertência no painel para comunicação entre o cobrador e o motorista e luz de sinalização vermelha indicativa de acionamento da campainha no painel.

#### 2.10.20 Preparação para sistemas a serem instalados:

2.10.20.1 Sistema de Bilhetagem automática: O projeto da carroceria deverá prever, no mínimo, a instalação dos equipamentos integrantes do Sistema de Bilhetagem Automática do STPC/DF do Módulo de validação: Interface de rede sem fio para troca de informações no padrão IEEE 802.11 b/g/n; interface USB para conexão com pen-drive para coleta de contingência, interfaces RS-232C, RS-485 e Ethernet para comunicação com os demais módulos embarcados, integração em tempo real, com módulo embarcado de apoio à operação para permitir troca de informações de geolocalização; Leitora/gravadora integrada com interface para Cartão Inteligente sem contato padrão Mifare e Cartões ISO 14443 A com criptografia AES; interface para leitora de cartão padrão EMV; 4 slots para Módulos de Acesso Seguro – chip SAM Javacard; sinalizador sonoro e visual de LED verde e vermelho; display LCD no mínimo de 4 linhas x 20 colunas; todas as transações com cartões deverão ser autenticadas e criptografadas, através do chip SAM utilizando protocolo 3DES com chave de 128 bits ou superior; o equipamento deve possuir memória não volátil para garantir a preservação das operações realizadas, mesmo na ausência de energia ou comunicação por 15 dias ou mais; solução em biometria embutida para controle dos cartões com benefício.

2.10.20.2 Sistema Integrado de Mobilidade: o projeto da carroceria deverá prever, no mínimo, a instalação dos equipamentos integrantes do Sistema Integrado de Mobilidade do STPC/DF, do Módulo Embarcado de Apoio à Operação: módulo de Localização Georeferenciada por sinal GPS com sistema SBAS de aumento de precisão; interface de rede sem fio para troca de informações no padrão IEEE 802.11 b/g/n; interface de rede celular GPRS/EDGE/3G, com capacidade para 2 cartões SIM (dual SIM card), para troca de informações; interface USB para conexão com pen-drive para coleta de dados de contingência; interface VGA ou DVI ou HDMI para interligação ao display de informação ao usuário; interface de Som para interligação com Som à Bordo e Microfone do Motorista; interfaces RS-232C, RS-485, CAN e Ethernet para comunicação com os demais módulos embarcados do veículo; placa de captura de vídeo com no mínimo 4 entradas, com taxa de captura mínima de 10 frames por segundo em cada porta simultaneamente; dispositivo de armazenamento interno de informações e de imagens capturadas com capacidade de retenção mínima de 48 horas das imagens; módulo de telemetria com no mínimo 10

entradas analógicas para sensores e porta para capturar a rotação (RPM) do motor; sensor acelerômetro de 3 eixos para detecção de direção segura; fonte de energia que permita operação em ampla faixa de voltagem e tenha proteção contra surtos de tensão; chassis adequado para operação veicular, que suporte os níveis de vibração e contaminação por poeira existentes na operação do veículo em quaisquer tipos de estradas.

2.10.20.3 Console do motorista: teclado com mínimo de 18 teclas e Display de no mínimo 4 linhas por 20 colunas para troca de mensagens configuráveis entre motorista e a Central de Controle Operacional (CCO); alarme sonoro para ser usado em situações de atenção para o motorista; microfone ergonômico para comunicação entre o motorista e o controlador de tráfego no CCO e também para mensagens do motorista aos passageiros do veículo; botão de pânico a ser instalado em local discreto e acessível pelo motorista. Ao ser acionado, imediatamente, a ocorrência será comunicada ao controlador de tráfego e à Coordenação do CCO.

2.10.20.4 Painel/display eletrônico de informação ao usuário: telas de tecnologia LCD/LED, em gabinetes protegidos (antivandalismo); tamanho mínimo de 19 polegadas (medidas diagonalmente) com resolução que garanta a fácil leitura pelo usuário numa distância mínima de 3 metros; sistema de fixação à estrutura do veículo que impeça vandalismo e preserve o bom funcionamento do equipamento; sistema de fixação embutido de modo a impedir acidentes com usuários (choques) ou atos de vandalismo; tela de proteção construída em material que não possa ferir os usuários no caso de um rompimento por acidente ou vandalismo.

2.10.20.5 Sistema de Som a Bordo: mínimo de 06 (seis) alto-falantes instalados com amplificador de alta fidelidade, mínimo de 02 (dois) canais de 35 W cada; impedância de 4 ohms por canal que permita a todos os passageiros do veículo, ouvirem as mensagens de próxima parada e as mensagens do motorista.

2.10.20.6 Sistema de Vigilância de Frota por Câmeras de Televisão: o projeto da carroceria deve prever, no mínimo, a instalação dos equipamentos que compõem o sistema de Vigilância de Frota por Câmeras de Televisão; Módulo de Embarcado para Captura de Imagens, quando não integrado ao módulo de controle embarcado da operação, deve possuir: placa de captura de vídeo com no mínimo 4 entradas, com taxa de captura mínima de 10 frames por segundo, em cada porta, simultaneamente; dispositivo de armazenamento interno de informações e de imagens capturadas com capacidade de retenção mínima de 48 horas das imagens; câmeras coloridas, com sensor CCD de ¼ pol ou superior, sensibilidade mínima de 0,2 lux, domo de proteção anti-vandalismo, resolução de 420 linhas ou superior, lentes deverão ser dimensionadas para *close-up* (câmera que monitora validação do acesso do usuário) e para permitir imagem nítida das feições dos usuários.

2.10.20.7 Preparação instalação de rede wi-fi no interior do veículo: canaletas e conduítes para utilização de cabos lógicos para instalação de antenas de wi-fi ao longo do salão de passageiros com o receptor/transceptor junto ao painel dianteiro do veículo.

2.10.21 Treinamentos: O fornecedor deverá fornecer todo o material didático bem como o treinamento de operação do veículo para motoristas, mecânicos, eletricitas e instrutores da TCB, a serem realizados em Brasília na sede da TCB.

2.10.21.1 Treinamento do fabricante do chassi: com no mínimo 16 (dezesesseis) horas de treinamento formal (teoria e prática) todos os sistemas mecânicos (suspensão, freios, eixos, direção, diferencial, etc.), sistemas eletrônicos e tecnologia embarcada (caixa de marchas, retarder e motor), de ar comprimido, eletricidade veicular.

2.10.21.2 Treinamento do fabricante da carroceria: com no mínimo 8 (oito) horas de treinamento formal para manutenção de todos os sistemas da carroceria (portas, assentos, eletricidade veicular, ar condicionado, sistema de ar comprimido, etc.).

2.10.21.3 Treinamento de motoristas: com no mínimo 4 horas de treinamento formal (teoria e prática) para motoristas com as recomendações de operação dos veículos.

2.11 Equipamentos e acessórios: ganchos de guincho para reboque na dianteira e apoio de guincho na parte traseira, tomada de 12V para conexão de equipamentos elétricos, cronotacógrafo do tipo digital no painel, com sistema de disco para 01 (um) dia, já aferido e lacrado pelo INMETRO, com validade de 02 (dois) anos, extintor de incêndio de 6 kg tipo ABC instalado na posição vertical próximo ao motorista, e todos os equipamentos exigidos pelo CTB e CONTRAM.

## 2.12 Determinações Finais

2.12.1 O encarregador deverá submeter às plantas para serem aprovadas previamente junto à TCB quanto ao layout interno e programação visual externa da pintura;

2.12.2 Fornecimento e Assistência Técnica: Os veículos e carroceria devem possuir concessionários autorizados pelo fabricante para o Distrito Federal e Região comprovado por documento oficial do fabricante, garantir a assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia e fornecer o tanque de combustível cheio.

2.12.3 IPVA, DPVAT, Licenciamento e Emplacamento: o fornecedor deverá efetuar o pagamento do IPVA (Imposto sobre Veículos Automotores), as taxas de licenciamento, emplacamento e DPVAT, com a emissão do Certificado de Propriedade do Veículo em nome da TCB.

2.12.4 Revisão: todos os custos da primeira revisão programada prevista no catálogo técnico do fabricante são a cargo do fornecedor, inclusive mão de obra, serviços, materiais de revisão, ferramentas, lubrificantes, fluidos e peças de troca programada (filtros e afins).

2.12.5 Manuais: os veículos deverão estar acompanhados, impreterivelmente, no ato de entrega dos MANUAIS DE SERVIÇOS TÉCNICOS/OFICINA e DE OPERAÇÃO e o CATÁLOGO DE PEÇAS SOBRESSALENTES (em papel, CD-ROM ou microficha), ou acesso via internet permanente ao catálogo de peças do equipamento que possibilite a consulta e especificação de peças sobressalentes.

2.12.6 Garantia: total de no mínimo 01 (um) ano sem limite de quilometragem, para todos os itens e componentes que apresentarem problemas de falha ou desgaste prematuro decorrentes de problemas de montagem, material, projeto, etc. e de 2 (dois) anos para os componentes do trem de força (motor, câmbio, transmissão, eixos, diferencial).

### 3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1 A TCB necessita continuar ofertando um serviço de excelência para seu usuário em consonância com sua missão e valores, obedecendo a legislação vigente, prestando serviços sociais subsidiariamente ao Governo do Distrito Federal, e para tal é imperioso a aquisição de veículos novos, que resultarão em otimização na operação, na manutenção, economia do consumo de combustíveis, lubrificantes e trocas de peças.

3.2 A TCB sempre deteve um alto conceito junto à população devido ao atendimento regular, humanizado, com veículos modernos e bem cuidados. Todavia, com o envelhecimento da frota esse compromisso não está sendo cumprido a contento e é preciso resolver esse impasse com a aquisição de novas unidades e melhorar a qualidade do serviço ofertado.

3.3 Por outro lado, como prevê a legislação vigente, a vida útil dos veículos do tipo *Padron* que utilizamos é de 10 anos, norma impositiva para promover a renovação da frota, sob pena de impossibilidade legal de operar no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. A TCB terá 21 (vinte e um) de sua frota de veículos nesta condição de "descadastramento" no ano de 2019, sendo necessária a substituição para a continuidade da operação de suas linhas.

3.4 De todo o exposto, o processo de contratação da ata de registro de preços propiciará uma reposição gradual e contínua da frota de acordo com a necessidade e com a disponibilidade orçamentária e financeira.

### 4. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 Os veículos devem ter concessionários autorizados pelo fabricante para o Distrito Federal e Região comprovado por documento oficial, garantindo a assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia.

4.2 Os fornecedores deverão oferecer garantia total de no mínimo 01 (um) ano sem limite de quilometragem, para todos os itens e componentes que apresentarem problemas de falha ou desgaste prematuro, decorrente de problemas de montagem, material, projeto, etc. e de 2 (dois) anos para os componentes do trem de força (motor, câmbio, transmissão, eixos, diferencial).

4.3 Todos os custos da primeira revisão programada são a cargo do fornecedor, inclusive mão de obra, serviços, materiais de revisão, ferramentas, lubrificantes, fluidos e peças de troca programada (filtros e afins).

4.4 Os veículos deverão estar os veículos deverão estar acompanhados no ato de entrega dos MANUAIS DE SERVIÇOS TÉCNICOS/OFICINA E OPERAÇÃO e CATÁLOGO DE PEÇAS SOBRESSALENTES, ou acesso via internet permanente ao catálogo de peças do equipamento que possibilite a consulta e especificação de peças sobressalentes.

### 5. DA VISTORIA

5.1 As proponentes interessadas poderão verificar os locais e condições de operação dos veículos, de forma a subsidiar a elaboração de proposta, a fim de tomar conhecimento das peculiaridades existentes, bem como se assegurar de todos os detalhes necessários ao pleno funcionamento/utilização dos equipamentos.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPO/AMOSTRA

6.1 A proponente deverá apresentar protótipo pré-série do veículo a ser fornecido para avaliação da Diretoria Técnica e mais duas pessoas indicadas pela TCB antes da entrega definitiva para que esta emita parecer técnico sobre o oferecido, bem como a definição do padrão de apresentação visual.

6.2 Essa comissão avaliará itens de mecânica e carroceria do ônibus quando a sua adequação ao que foi solicitado no edital, às normas e leis vigentes no Distrito Federal. Todas as solicitações feitas por essa comissão, visando à adequação de algum item aos pontos citados anteriormente, deverão ser atendidas tanto no ônibus de pré-série quanto em todos os demais a serem produzidos.

6.3. A empresa vencedora do certame licitatório deverá arcar com as despesas de viagem e diária para os 03 (três) membros da Comissão da TCB.

6.4. Técnicos do fabricante do chassi também deverão aprovar o projeto da carroceria e acompanhar o encarroçamento do veículo.

## 7. DO CRONOGRAMA DE DO LOCAL DE ENTREGA

7.1 O prazo máximo de entrega é de 120 (cento e vinte) dias, contados do primeiro dia útil à data do recebimento do empenho pela Contratada.

7.2 Os veículos serão entregues em Brasília/DF, na sede da TCB, situada na SGON – Quadra 06 – Bloco “A”, Asa Norte, com os tanques de combustível cheios, acompanhados das Notas Fiscais em duas vias, bem como das Certidões Negativas de Débitos, manuais e demais equipamentos exigidos onde serão recebidos e conferidos e, após a aprovação, serão emitidas as certificações de entrega.

7.3 No caso do fornecedor concluir que não conseguirá entregar no prazo previsto, este deverá formalizar, tempestivamente, pedido de prorrogação de prazo de entrega até o prazo máximo contratual, que será instruído pelo Diretor-Presidente, sob a pena de multa por descumprimento do prazo de entrega.

## 8. DO RECEBIMENTO, DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO.

8.1 Os bens serão recebidos:

8.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

8.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 07 (sete) dias do recebimento provisório.

8.1.3 No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.2 O pagamento dar-se-á na forma do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93, podendo ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão do Atestado de Recebimento definitivo dos equipamentos pela Comissão de Recebimento.

8.3 Para liquidação, a fatura será apresentada devidamente acompanhada das certidões de regularidade com FGTS, trabalhistas, INSS e SEFP/DF.

8.4 Em caso de inexecução total ou parcial da entrega dos equipamentos, ou qualquer outra inadimplência, o fornecedor estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida prévia defesa, às penalidades previstas no art. 87, incisos I a IV da Lei n. 8.666/93, e de conformidade com artigo 15 do Decreto nº 20.453/99.

8.5 No caso de multa prevista no art. 86 da Lei de regência, observar-se-ão os percentuais, constantes no artigo 15 do Decreto nº 20.453/99.

8.6 No caso de contestações judiciais, o foro eleito é o do Distrito Federal, Seção de Brasília.

## 9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com assinatura identificada sobre carimbo ou outro meio idôneo que identifique o assinante, comprovando que a licitante forneceu com qualidade e pontualidade o tipo de equipamento a ser adquirido.

## 10. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

10.1 O valor da aquisição será estimado pela SEPAC/GEAFI/DAF/TCB – conforme os procedimentos da Decisão nº 5.465 de 20 de Outubro de 2005 e Decisão nº 6.183 de 22 de Setembro de 2009 do TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal.

10.2 A validade das propostas de preços deverá ter prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

## 11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora aquela que ofertar o menor preço para o item objeto desta licitação, respeitadas as discrepâncias em relação ao valor estimado quanto à sua exequibilidade.

## 12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração (Executor), ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO:

13.1 Fornecer dentro dos prazos e das condições previstos o objeto licitado.

13.2 Manter, durante o período de entrega e de garantia, as mesmas condições fiscais e técnicas da licitação.

13.3 Não subcontratar outra empresa para o fornecimento.

13.4 Entregar os veículos de acordo com as especificações técnicas e condições da proposta vencedora do processo licitatório.

13.5 Substituir, sem qualquer custo, equipamentos entregues em desacordo com o Edital ou com a proposta do processo licitatório, mesmo depois de recebidos, no mesmo prazo do fornecimento contado a partir da notificação formal do problema.

13.6 Oferecer menor preço que atenda as especificações técnicas dos veículos.

13.7 Entregar, no ato de entrega dos veículos o manual de serviços, manual de manutenção e o catálogo de peças atualizado na língua portuguesa do Brasil em CD, formato eletrônico, físico ou ainda chave de acesso, no caso de acesso via web, para consulta de números de referência das peças.

13.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias o produto com avarias ou defeitos.

13.9 Comprovar na proposta de preços, por meio de *folder* ou documento oficial do FABRICANTE, as especificações técnicas exigidas no Edital.

13.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.11 Fornecer os veículos com os tanques de combustíveis cheios.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TCB):

14.1 Efetuar o recebimento dos veículos, atestando a adequação às especificações constantes do Edital e da proposta de preços vencedora da Licitação.

14.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento, zelando pelo saneamento do problema.





14.3 Encaminhar o pagamento da fatura de acordo com as normas de execução orçamentárias e financeiras após o atesto da Comissão de Recebimento.

#### 15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1 As sanções administrativas e penalidades estarão de acordo com o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e suas alterações, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02.

#### 16. DO PROGRAMA DE TRABALHO E FONTE DE DESPESA

16.1 Programa de Trabalho: Aquisição de Veículos – TCB: nº 26.782.6216.1142.0004/26.782.6216.1142.0007., Fontes: 100 ou 220, Elemento de Despesa 44.90.52.

#### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 Havendo irregularidade neste instrumento contate a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

17.2 O equipamento especificado deve atender a todos os itens normatizados. Durante o período licitatório, até a assinatura do contrato, se alguma norma entrar em vigor, os requisitos exigidos deverão adequar-se à mesma, incorporando o avanço tecnológico durante a fabricação e/ou montagem.

Eng.º Mecânico Vítor César Batista Aveiro

Diretoria Técnica - TCB



SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BR  
ASÍLIA LTDA – TCB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTAS

A \_\_\_\_\_, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços para prestação de serviços de fornecimento de peças manutenção, referente ao Pregão nº 2/2019 –, conforme abaixo:

Descrição do Item	Item	Especificação	Valor Unit R\$	Valor Total R\$

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

**Declaro** cumprir plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do edital,

Nome da empresa:

Endereço:

Banco/agência/conta:

CNPJ:

Telefone/fax:

Email:

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa] Cargo e Assinatura



ANEXO III

MODELO “A”: DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa ....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BR  
ASÍLIA LTDA – TCB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

DE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIENCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr (a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005. Declara ainda, que constam inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

Compromete-se, ainda, o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, situada nesta Capital, CEP: 70.610-660 – BRASÍLIA - DF.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Representante Legal



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no  
CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ sediada no  
endereço \_\_\_\_\_, telefone nº  
\_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal Sr (a). \_\_\_\_\_, portador(a)  
da identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA  
para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como, no  
Decreto Distrital nº 36.519 de 28 de maio de 2015, que receberá, sem nenhum custo para a Contratante,  
bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração  
pública, provenientes do objeto do Pregão nº

\_\_\_/201\_ – TCB, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e tratamento adequado  
de dejetos e resíduos.

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



ANEXO VII

# MINUTA

CONTRATO \_\_/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES QUE ENTRE SI CELEBRAM A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB E \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento de Termo de contrato de compra e venda de veículos automotores, que entre si celebram de um lado, a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB, Empresa Pública de direito privado, criada pela Lei 4.545/64, inscrita no CNPJ n.º 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagem Oficiais Norte (SGON) Quadra 06 Bloco “A”, nesta Cidade de Brasília – Distrito Federal, neste ato representada por seu, Diretor Presidente \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º. \_\_\_\_\_ – SJS/\_\_\_ e do CPF n.º. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta Capital Federal e seu Diretor Administrativo e Financeiro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ – RG n.º. \_\_\_\_\_ e do CPF n.º. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE/COMPRADORA e do outro lado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do RG n.º \_\_\_\_\_ SSP/RS e do CPF n.º \_\_\_\_\_, doravante simplesmente denominado, CONTRATADA/VENDEDORA, tendo em vista o que consta no Processo n.º: 095.000.\_\_\_\_\_/201\_\_ e Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_, Ata de Registro de Preços n.º. \_\_/20\_\_-TCB, com fundamento na Lei n.º 8.666, de 1993, Lei 13.303/16 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de Veículos Automotores, visando atender às necessidades da CONTRATANTE, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20\_\_, Ata de Registro de Preços n.º. \_\_/20\_\_-TCB, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

## 1.2. Da Especificação dos Produtos

1.2.1. Havendo modificação na nomenclatura ou nas especificações de qualquer produto, a mesma deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE, previamente ao fornecimento; e

1.2.2. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar laudo



atestando a qualidade e características do produto fornecido.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1. O material deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PRAZO DE ENTREGA
1	aquisição de __ (___) veículos de características urbanas, para o Serviço Básico do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros – STPC/DF, caracterizado como ÔNIBUS URBANOS COMPLETOS, conforme detalhamento, especificações técnicas e condições (ABNT), estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital			

### GARAGEM CENTRAL DA CONTRATANTE

\_\_ (\_\_\_)

\_\_ (dias), após a assinatura do contrato

2.1.1. O prazo de entrega do material será impreterivelmente o de \_\_ (\_\_\_) dias.

2.2. A presente contratação será realizada na forma de fornecimento direto.

### 2.3. Do Fornecimento

2.3.1. Os produtos deverão ser faturados e entregues na sede da CONTRATANTE, sito na SGON, Quadra 06 – Garagem Central da TCB, no horário das 9hs às 16hs, de segunda a sexta-feira., de acordo com ANEXO 1, bem como o prazo e demais condições.

### 2.4. Do Recebimento

2.4.1. Os veículos serão recebidos conforme estabelecido no Art. 73, Inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93, por Comissão Responsável, designada previamente pelo Diretor Presidente da CONTRATANTE;

2.4.2. Para fins de verificação do cumprimento do prazo de entrega estabelecido, a Comissão Responsável considerará como data de início, a data de recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva requisição;

2.4.3. A Comissão Responsável recebedora certificarão o recebimento no verso das respectivas notas fiscais;





**2.4.4. As notas fiscais, devidamente certificadas, constituir-se-ão documentos de comprovação de entrega para fins de atendimento ao objeto contratado;**

**2.4.5. A CONTRATADA deverá entregar o objeto solicitado dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8ª e será responsável por eventuais acréscimos de custos que venham a ocorrer após o citado prazo;**

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **3.1. A CONTRATADA obriga-se a:**

**3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;**

**3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

**3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);**

**3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;**

**3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;**

**3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;**

**3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

**3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;**

**3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;**

**3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários,**



---

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

---

fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

##### **4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

**4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;**

**4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;**

**4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;**

**4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.**

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1. Os bens serão recebidos:**

**a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.**

**b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.**

**5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.**

**5.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.**

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

**6.1. O valor do contrato é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

**6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo,**



seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Será exigida a prestação de garantia pela ADJUDICATÁRIA, como condição para a assinatura do contrato, no percentual de \_\_\_% (\_\_\_) do valor total do contrato, nas modalidades previstas no Edital, observados os demais requisitos ali estabelecidos.

7.1.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.

7.1.2. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.1.3. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de \_\_\_ (\_\_\_) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

7.1.4. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do contrato será de \_\_\_ (\_\_\_) dias, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O prazo de execução terá como início a data de assinatura do presente instrumento contratual.

### 8.3. Recebimento

8.3.1. Definitivamente, no prazo de \_\_\_ (\_\_\_) dias útil, após a verificação da qualidade e quantidade dos veículos e consequente aceitação.

### 8.4. Execução/Entrega

8.4.1. O OBJETO CONTRATADO deverá ser entregue de acordo com os prazos estipulados no presente contrato.

## 9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento será de \_\_\_ (\_\_\_) dias, contados a partir da data da recebimento definitivo e da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.



9.2. Os valores declarados na nota fiscal deverão estar de acordo com o valor final unitário ofertado pela CONTRATADA durante a sessão de pregão. As notas fiscais discrepantes serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando o início da contagem do prazo para pagamento condicionado à reapresentação das mesmas, devidamente corrigidas e certificadas;

9.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo empregado competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

9.3.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

9.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Banco: \_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_

Código do banco: \_\_\_\_

9.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem



bancária para pagamento.

9.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## 11. CLÁUSULA ONZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos necessários às despesas decorrentes da execução deste CONTRATO serão originados do superávit da TCB, relativo ao exercício de 2016 ficando empenhada, desde já, a quantia total de R\$2.216.000,00 (dois milhões e duzentos e dezesseis mil reais), conforme a tabela abaixo:

EMPENHO DA DESPESA	DATA VALOR	FONTE	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA
R\$				
201_NE00___				
201_NE00___				
201_NE00___				



201\_NE00\_\_

## **12. CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1. O Diretor Presidente da CONTRATANTE nomeará o Executor do contrato;**

**12.2. O Diretor Presidente da CONTRATANTE designará empregados para, em comissão, exercerem o acompanhamento da execução do objeto do CONTRATO, opinando, conclusivamente, sobre os aspectos técnicos do mesmo, cabendo-lhes apresentar relatórios, quando necessário ou solicitado;**

**12.3. Caberá à FISCALIZAÇÃO a função de elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;**

**12.4. Durante a vigência deste CONTRATO, o fornecimento de veículos, serão ainda acompanhados e fiscalizados pelo Diretor Técnico e Gerente de Operações da CONTRATANTE, ou por empregado devidamente autorizado para tal, representando a CONTRATANTE no local de recebimento;**

**12.5. O representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento de veículos mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;**

**12.6. A CONTRATADA poderá manter preposto, durante o período de vigência do CONTRATO, para representá-la sempre que for necessário;**

**12.7. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos veículos e atividades correlatas, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento;**

**12.8. A FISCALIZAÇÃO, na pessoa do Executor do contrato, agirá e decidirá em nome da CONTRATANTE no tocante ao cumprimento das CLÁUSULAS contratuais, à certificação de faturas, no comunicado à CONTRATANTE sobre a permissão para liberação do pagamento, sobre a aplicação de multas, no atendimento às observações de caráter técnico e outros fatores que possam influenciar no fiel cumprimento do TERMO DE CONTRATO, independentemente das sanções previstas.**

## **13. CLÁUSULA TREZE - DAS ALTERAÇÕES**

**13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.**

**13.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.**

**13.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o**



limite de 25% (vinte e cinco por cento).

### 13.3. Da Prorrogação

13.3.1. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

13.4. A variação do valor contratual para fazer face às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite de seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento (§ 8º, art. 65 da LEI).

## 14. CLÁUSULA CATORZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, sem prejuízo daquelas constantes nos art. 82 e s/s da Lei 13.303/2016, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.1.2. apresentar documentação falsa;

14.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.4. cometer fraude fiscal;

14.1.5. descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

14.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. multa:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante;



---

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

---

III - quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

IV - 1% (um por cento) do valor total do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);

V - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);

VI - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015).

b.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3 do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II- mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

b.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

b.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

b.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I- o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II- a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

b.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 8.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.





---

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

---

**b.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem**

**b.7. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem b não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.**

**c. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, de conformidade com os itens 8.4.3 e seguintes do Edital de Licitação;**

**d. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;**

**e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;**

**14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.**

**14.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:**

**14.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;**

**14.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**

**14.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

**14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, Lei 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.**

**14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.**

**14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.**

**14.7. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco)**



dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### 15. CLÁUSULA QUINZE - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993 e normas prevista na Lei 13.303/16:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que



prejudique a execução do Contrato;

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

16.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

16.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

16.3.3. judicial, nos termos da legislação.



16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

16.5.1. devolução da garantia;

16.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

16.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

16.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

16.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.7.3. Indenizações e multas.

## 17. CLÁUSULA DEZESETE - CORRESPONDÊNCIAS E NOTIFICAÇÕES

17.1. Todas as correspondências, relatórios ou notificações originados da execução deste CONTRATO serão sempre feitos por escrito e serão considerados como recebidos pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, desde que entregues nos endereços constantes no presente contrato, quando da qualificação das partes.

## 18. CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente e na Lei 13.303/16, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## 19. CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.



**20. CLÁUSULA VINTE - DO FORO**

**20.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Brasília – Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.**

**E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, através de assinatura eletrônica via sistema SEI/GDF.**

**21. CLÁUSULA VINTE E UM - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

**21.1. São partes integrantes deste CONTRATO, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos, o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/201\_\_, Ata de Registro de Preços nº. \_\_/201\_-TCB e demais documentos pertinentes.**

Brasília, DF, \_\_\_ de \_\_\_ de 2019.

**P/CONTRATANTE:**

—

**DIRETOR PRESIDENTE**

—

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**P/CONTRATADA:**

—

**CPF nº \_\_\_\_**

**REPRESENTANTE LEGAL**



SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BR  
ASÍLIA LTDA – TCB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2019 – TCB

---

**TESTEMUNHAS:**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_